



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 14/08/2024 15:10:46.390 - MES

REQ n.3027/2024

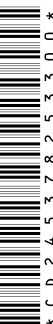
REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. Túlio Gadêlha)

Requer revisão do despacho de distribuição para incluir a Comissão de Finanças e Tributação-CFT para apreciação do Projeto de Lei n. 3.387, de 2019, que “altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da lei 12.681, de 4 julho de 2012.”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a revisão do despacho de distribuição do Projeto de Lei n. 3.387, de 2019, de autoria do Deputado Federal Coronel Tadeu - PSL/SP, que “que “altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, visando a apreciação da matéria pela Comissão de Finanças e Tributação-CFT, nos termos do art. 54, do RICD.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei 3.387/2019 propõe a inclusão dos agentes socioeducativos no rol de membros do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Justifica o autor que essa medida faz parte de um esforço maior de integrar diversas categorias profissionais que atuam na segurança pública em um sistema coordenado, com o objetivo de aprimorar a cooperação e a eficiência entre diferentes órgãos de segurança, além de garantir vantagens previdenciárias próprias dos agentes de segurança.¹

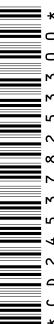
Nas discussões das comissões temáticas foram construídos argumentos em defesa da matéria alegando que integração no SUSP facilitaria uma maior articulação entre as instituições que compõem o sistema socioeducativo e as forças de segurança pública, possibilitando respostas mais coordenadas e eficazes em situações de emergência ou em projetos de prevenção à criminalidade. No entanto, essa inclusão também pode gerar um impacto não mensurado nas contas públicas que não foi oportunamente apreciado pela Comissão de Finanças e Tributação-CFT, comissão temática competente.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados-RICD, no art. 32, inciso X, alínea h está previsto o seguinte sobre a competência da CFT:

“h) aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;”

Os aspectos financeiros e orçamentários do PL 3.387/2019 não foram considerados pela Presidência quando do despacho para comissões, o que motiva a apresentação deste requerimento. A apreciação do PL 3387/2019 deve ser precedida de necessária deliberação pela CFT com o intuito de verificação de sua compatibilidade com as normas orçamentárias vigentes.

¹ https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1775292&filename=PL%203387/2019





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A inclusão dos agentes socioeducativos no SUSP pode aumentar as despesas do Estado, uma vez que pode ser necessário fornecer benefícios adicionais e financiar programas de capacitação e infraestrutura, além de outras despesas previstas na lei 13.765/2018, que criou o SUSP.

Outro argumento diz respeito ao precedente gerado pelo despacho² do PL 3.734/2012, proposição que precedeu a lei 13.765/2018. O despacho relacionado ao PL previu a distribuição à CFT tanto para análise do mérito como para admissibilidade prevista no art. 54 o RICD. Considerando que o PL 3.387/2019 prevê alterações da lei 13.675/2018 é de se esperar que seu conteúdo também seja apreciado pela CFT, tal qual foi feito com a proposição 3.734/2012.

Para garantir que a inclusão dos agentes socioeducativos no SUSP seja sustentável a longo prazo, é essencial a análise de receitas, despesas e possíveis economias decorrentes da integração no sistema de segurança pública e deliberar sobre sua compatibilidade orçamentária no âmbito da CFT, comissão competente para essa questão, motivo pelo qual requeiro provimento deste requerimento.

Sala das Sessões, em de abril de 2024.

Deputado TÚLIO GADÊLHA
REDE/PE

² <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=542102>

